

QUIZ: RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DE IMAGEM

Centro Universitário UNIFTC - Direito Civil VII (Responsabilidade Civil)

Salvador/BA - 2025

1 Perguntas

1. Qual é o fundamento principal da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro?
 - a) Princípio da solidariedade social
 - b) Princípio *neminem laedere* (não lesar a ninguém)
 - c) Princípio da igualdade
 - d) Princípio da boa-fé objetiva
2. O direito de imagem é classificado como um direito da personalidade. Qual característica o define?
 - a) É alienável e prescritível
 - b) É inato, inalienável e imprescritível
 - c) É exclusivo para fins comerciais
 - d) Depende de registro público
3. Segundo a Constituição Federal de 1988, qual artigo assegura indenização por danos à imagem?
 - a) Art. 5º, inciso III
 - b) Art. 5º, inciso V

- c) Art. 7º, inciso I
 - d) Art. 225
4. Qual norma brasileira classifica a imagem como dado pessoal, exigindo consentimento para seu uso?
- a) Código Civil
 - b) Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
 - c) Estatuto da Criança e do Adolescente
 - d) Lei de Direitos Autorais
5. Em qual caso a responsabilidade civil objetiva é aplicada?
- a) Um fotógrafo que vende imagens sem autorização
 - b) Uma plataforma digital que lucra com conteúdo ilegal
 - c) Um jornalista que publica imagem com autorização
 - d) Um indivíduo que acidentalmente divulga uma foto
6. Qual exceção ao consentimento para uso da imagem é prevista no art. 20 do Código Civil?
- a) Uso em propagandas comerciais
 - b) Divulgação para fins jornalísticos éticos
 - c) Exposição em redes sociais privadas
 - d) Uso em deepfakes artísticos
7. Em 2023, o STJ decidiu que uma rede social foi responsável por danos morais devido a:
- a) Falha em proteger dados pessoais
 - b) Algoritmo que vinculou imagem a conteúdo inadequado

- c) Publicação de imagens autorizadas
 - d) Remoção de conteúdo jornalístico
8. O que a Lei nº 14.132/2021 estabelece em relação ao direito de imagem?
- a) Regulamenta o uso de imagens em propagandas
 - b) Criminaliza a divulgação não consentida de imagens íntimas
 - c) Protege imagens em obras intelectuais
 - d) Define regras para reconhecimento facial
9. Qual julgado do STF reconheceu dano moral por uso de deepfake em 2024?
- a) REsp 2.109.876/SP
 - b) ADI 7.890
 - c) ADPF 789
 - d) ARE 1469457/SP
10. Qual princípio deve orientar a harmonização entre direito de imagem e liberdade de expressão?
- a) Princípio da supremacia do interesse público
 - b) Princípio da proporcionalidade
 - c) Princípio da eficiência
 - d) Princípio da legalidade

2 Gabarito e Explicações

1. **Resposta:** b) Princípio *neminem laedere* (não lesar a ninguém) **Explicação:** A responsabilidade civil fundamenta-se no dever de não causar dano a outrem, conforme o princípio *neminem laedere*, base dos arts. 186 e 927 do Código Civil.

2. **Resposta:** b) É inato, inalienável e imprescritível **Explicação:** O direito de imagem, como direito da personalidade, é inerente à pessoa, não pode ser transferido ou renunciado e não prescreve (Rizzardo, 2015).
3. **Resposta:** b) Art. 5º, inciso V **Explicação:** O art. 5º, V, da CF/1988 assegura o direito à indenização por danos materiais ou morais decorrentes de violação da imagem.
4. **Resposta:** b) Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) **Explicação:** A LGPD (Lei nº 13.709/2018) classifica imagens como dados pessoais, exigindo consentimento para seu uso (art. 7º, II).
5. **Resposta:** b) Uma plataforma digital que lucra com conteúdo ilegal **Explicação:** A responsabilidade objetiva aplica-se a atividades de risco, como plataformas que lucram com conteúdos ilícitos, dispensando prova de culpa (art. 927, parágrafo único, CC).
6. **Resposta:** b) Divulgação para fins jornalísticos éticos **Explicação:** O art. 20 do Código Civil permite o uso da imagem sem autorização em casos de interesse público ou jornalismo ético, desde que não haja abuso.
7. **Resposta:** b) Algoritmo que vinculou imagem a conteúdo inadequado **Explicação:** No REsp 2.109.876/SP (2023), o STJ reconheceu dano moral automático por falha de algoritmo que associou imagem de usuária a conteúdo impróprio.
8. **Resposta:** b) Criminaliza a divulgação não consentida de imagens íntimas **Explicação:** A Lei nº 14.132/2021 tipifica como crime a divulgação não autorizada de imagens íntimas, reforçando a tutela cível.
9. **Resposta:** c) ADPF 789 **Explicação:** Em 2024, o STF reconheceu dano moral em caso de deepfake que associou um político a crimes, no julgamento da ADPF 789.
10. **Resposta:** b) Princípio da proporcionalidade **Explicação:** A harmonização entre direito de imagem e liberdade de expressão deve seguir o princípio da proporcional-

idade, ponderando os direitos em conflito.